

OS DISCURSOS PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO NOS LIVROS DE OSPB E EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA DITADURA MILITAR

VELOSO, Sheyla Maria Tavares.¹
TORRENTES, José Vinícius.²

RESUMO

O livro didático transmite a estrutura ideológica articulada aos interesses particulares daqueles posicionados num ângulo de vantagem, dentro da organização social de determinado tempo histórico. Para tanto, os conteúdos solidificam e perpetuam a cultura dominante ou, a que se deseja implementar na sociedade. Sendo assim, esse objeto pedagógico não deve ser considerado um documento ingênuo, nem ser aplicado como uma fonte de verdade imaculada. Dentro de um contexto autoritário, analisamos livros didáticos de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e de Educação Moral e Cívica (EMC), afim de discutir os objetivos de moldar o alunado brasileiro aos valores da pátria, determinados pelo Regime de 1964-1985. O conteúdo dessa pesquisa de cunho bibliográfico, expõe as reflexões das atividades sobre a temática, realizadas durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), desenvolvidas no Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG) e apresenta uma breve análise da intencionalidade de formação patriótica da população brasileira, percebida por entre o discurso, ideologias e imagens do livro didático no ensino de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), durante o Regime Militar no Brasil e algumas das consequências interiorizadas nesse processo, afim de contribuir e incentivar à extensão do diálogo desse campo de estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Ditadura Militar, Livro Didático, OSPB, EMC.

THE SPEECHES FOR THE FORMATION OF CITIZENS IN OSPB BOOKS AND MORAL EDUCATION AND CIVIC IN MILITARY DICTATORSHIP

ABSTRACT

The textbook conveys the articulated ideological structure to the particular interests of those placed in a lead angle within the social organization of a particular historical time. Therefore, the contents solidify and perpetuate the dominant culture or to which they want to implement in society. Thus, this pedagogical object should not be considered a naive document nor be used as a source of unsullied truth. Within an authoritarian context, we analyzed textbooks of Social Policy and the Brazilian Organization (OSPB) and Moral and Civic Education (EMC) in order to discuss the objectives to shape the Brazilian students to the values of the country, determined by the Board 1964-1985. The content of this bibliographic nature of research, presents the reflections of activities on the theme, carried out during the Scholarship Program of Scientific Initiation (PIBIC), developed at the University Center of Assis Gurgacz Foundation (FAG) and presents a brief analysis of intentionality patriotic education of the population, perceived through the discourse, ideologies and images of the textbook in teaching Social and Brazilian Political Organization (OSPB) and Moral and Civic Education (EMC), during the military regime in Brazil and some of the internalized consequences that process in order to help and encourage the extension of dialogue of this field of study.

KEYWORDS: Education, Military Dictatorship, Textbook, OSPB, EMC.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa bibliográfica apresenta as reflexões das atividades orientadas e realizadas por meio da adoção e organização de leituras, durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), desenvolvido no Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG). Para

¹Acadêmica do curso de Pedagogia no Centro Universitário FAG. E-mail: smtveloso@gmail.com

²Professor Me. no Centro Universitário FAG. E-mail: jtorrentes@gmail.com

tanto, é fundamentada nos conhecimentos a respeito do tema de estudo, disponíveis em obras escritas e eletrônicas.

O desejo de analisar a intencionalidade do Governo de 1964-1985, no modelo político-educacional de formação patriótica da população, percebido nos discursos, ideologias e imagens do livro didático no ensino de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), durante o Regime Militar no Brasil, partiu da inquietação em buscar e expor as consequências interiorizadas na Educação e logo, no pensamento coletivo do país, via esse processo.

Entre os anos de 1964 e 1985, houve uma convocação patriótica integral na “Pátria amada Brasil”, divulgada por uma das instituições sociais que, culturalmente, detém poder de discurso sobre os sujeitos; a Escola. Manacorda (1997, p. 27) afirma que, “a partir de 1964, a educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no País. ” O objetivo do Regime vigente era fazer da Instituição Escolar, sua ferramenta de solidificação e perpetuação ideológica, para promover o ideal de comportamento do cidadão brasileiro, por meio dos discursos contidos nas disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC).

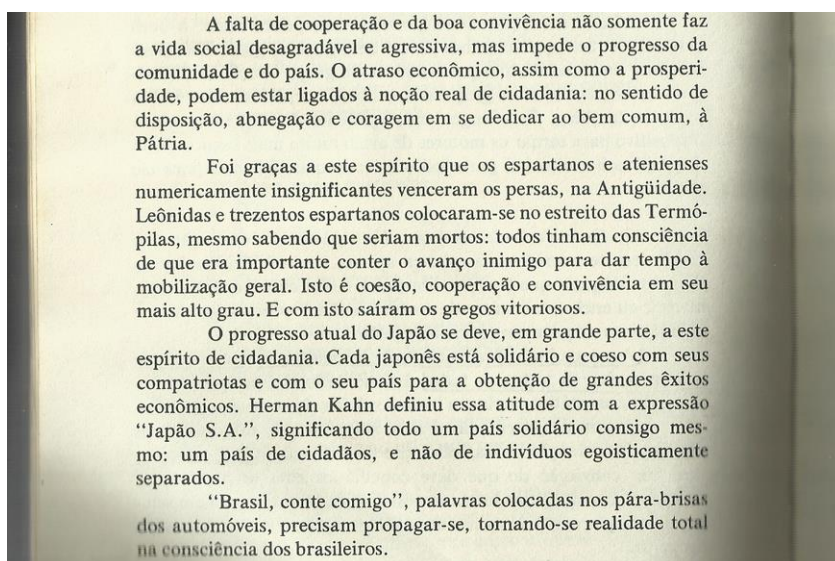
2. A FORMAÇÃO DO CIDADÃO AUTÊNTICO

A conquista do poder requer uma prática ininterrupta de ações para sua legitimação, para que se torne aceitável e adotável pela comunidade. Carvalho (1987) declara, que parte integrante dessa legitimação, em qualquer regime político, dá-se na feitura de um imaginário, de um ambiente pelo qual não só a mente, mas as esperanças e temores de um povo são alvejadas. Principia desse conceito, a ideia e nomenclatura “formação das almas”, elaborada pelo autor.

No contexto de 1964-1985, é o Exército quem executa o papel de educador do povo e, em seu propósito de transformar o país no “Brasil forte”, no “Brasil soberano”, utiliza de instrumentos didáticos para justificar o regime político autoritário. Afinal, “nenhum povo conseguiu grandes feitos sem antes **transformar, pela educação, seus filhos em cidadãos autênticos.**” (TELES, 1977, p. 7) [grifo nosso] Segundo Teles (1977) ser cidadão, de modo geral, é respeitar os direitos e

conviver harmonicamente em conjunto é, também, ser respeitado por seus direitos e pelos outros, numa relação de ação-reação, de dar e (para) receber respeito. Mas, a educação cívica pretendia ampliar esse conceito de cidadão para o de cidadão autêntico, definindo-o como “aquele que contribui para o bem geral de todos e, evidentemente, dele mesmo, **porque faz parte do grupo beneficiado. Se o que ele faz é bom para o grupo** ao qual pertence, é claro que é bom para ele também.” (TELES, 1977, p. 9) [grifo nosso] O Professor do ensino superior e do Colégio Pedro II, Técnico em Educação, segue redigindo, que para realizar boas ações para o coletivo, é preciso “interiorizar as normas da educação cívica” (TELES, 1977, p. 10) e saber “que seus desejos não são soberanos.” (TELES, 1977, p. 10) aos do grupo. Afim de estimular seu leitor e reforçar a proposta, de modo próprio para instruir, o autor exalta um passado “glorioso” de guerra, para fabular essa ideologia de cooperação para o bem de todos “do grupo”, onde o sujeito acredita estar inserido, e, ao crer, vai desejar entregar seu lucro, direitos e a própria vida sem questionar. O trecho na imagem a seguir revela um dos discursos.

Imagem 1 – Discurso sobre cooperação, usando o sacrifício de guerra como exemplo.

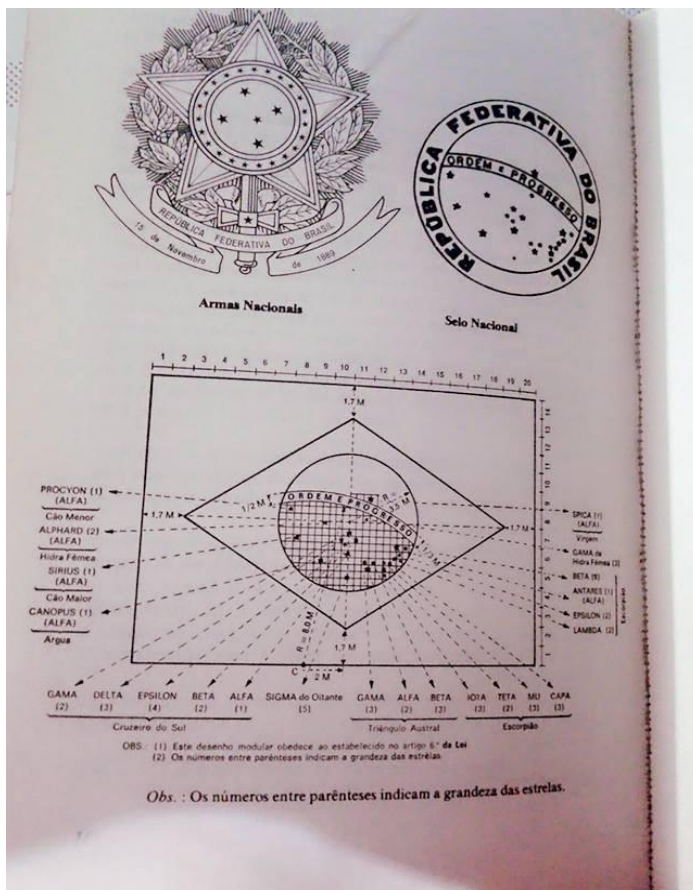


Fonte: Fonte: TELES, Antônio Xavier. **Educação Moral e Cívica**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. cap 1,p. 10.

Para a realização dessa reforma da educação, em 1969, através do Decreto-Lei nº 869, foi “instituída, em **caráter obrigatório**, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.” (BRASIL, 1969). [grifo nosso] Torres e Cerri (2011, p. 4) exemplificam que essa medida de “defesa ao nacionalismo patriótico” buscava:

[...] inserir a nação num espírito cívico através da educação positivista, ou ‘tradicional’, como ficou conhecida. Por meio dos programas de ensino ficou estabelecido o desenvolvimento de práticas e rituais, como festas e desfiles, eventos comemorativos e celebrações de culto aos símbolos da Pátria que foram englobados sob o título de ‘festas cívicas’, mas que possuíam o objetivo central de transmitir e reafirmar uma memória histórica desejável [...] Esses personagens foram tomados como grandes realizadores da Nação, participaram da sua construção, defenderam ou mantiveram o governo, acabando por constituir uma galeria de heróis a serem reconhecidos dentro da história do país e orientando o comportamento daqueles que deveriam tê-los como referência. (TORRES; CERRI, 2011, p. 4)

Imagem 2 – Ilustração dos símbolos da pátria cultuados nos livros de Educação Moral e Cívica (EMC).



Fonte: TELES, Antônio Xavier. **Educação Moral e Cívica**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. cap 14, p. 106.

Para atingir os interesses do Estado vigente, crianças, adolescentes e jovens universitários foram instruídos por uma doutrina divergente da realidade, que exaltava seus mitos. Isto torna-se

evidente, ao compararmos a teoria e imagens aplicadas nos livros de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC) referenciados, com a realidade política instaurada, denunciada pela própria roda da história e, recentemente, em ações da Comissão Nacional da Verdade (CVN), “criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. ” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, s.d.) e “**encontrar caminhos para responder ao manto de silêncio que tem coberto o tema do regime ditatorial.**” (BRASIL, 2012, p. 3) [grifo nosso]

O projeto da disciplina, era de se fazer acreditar que a sociedade usufruía da liberdade de escolhas e de que seus interesses e direitos seriam defendidos, respeitando a vontade da pluralidade. Nos livros, um conceito de democracia era teorizado. As obras didáticas analisadas; “OSPB: Organização Social e Política do Brasil. 1º grau ” de Elian Alabi Lucci (1991), “OSPB: Organização Social e Política Brasileira. Segundo Grau” de Francisco M. P. Teixeira e José Dantas (1980) e “Educação Moral e Cívica” de Antônio Xavier Teles (1977), trazem uma espécie de discurso democrático durante o período militar, de compreensão dos direitos e deveres por meio do entendimento da organização sociopolítica e desenvolvimento econômico nacional, para a formação de um cidadão heroico, “um filho que não foge à luta” pela segurança e progresso de sua “Pátria amada Brasil! ”

2.1 A PROJEÇÃO DO MITO DA IDADE DE OURO NO BRASILEIRO

“No meu tempo (pausa para um suspiro nostálgico) não era esse caos, essa crise. Éramos mais felizes! Vivíamos bem! ”. Podemos concordar que a fala anterior tem vários autores familiares? A maioria dos cenários de um passado lendário, são produto de propagandas ideológicas fixadas na imaginação política dos sujeitos. A explicação desse fenômeno parte de Raoul Girardet (1987). O autor explica que dentro de um período histórico, justificado por uma ameaça real ou não de um mal, o “mito da idade de ouro” é disseminado pelos instrumentos de lapidação de massa, entre eles, a escola.

Dentro das mitologias políticas, essa ideia é a mais vinculada e estimula uma nostalgia sobre os “bons e velhos tempos”, reais ou não, em contraste com um presente corrompido, de decepções.

Os sujeitos sociais são passíveis a selecionar, engrandecer valores ou simplesmente deletar inconvenientes de suas memórias, naturalmente ou quando condicionados a isso. A partir dessa observação, o autor alerta que, o conjunto das lembranças dos “bons e velhos tempos” evocados nos discursos não pertencem exatamente a memória pessoal dos sujeitos, nem a um fato histórico, eles são, literalmente, idealizações formuladas por referências mitológicas fragmentadas da história.

Com isso, as angústias e anseios vividos no presente corrupto, se contrastam com um cenário idealizado de um passado sem corrupção e de progresso, onde heroicamente “**o movimento político-militar de 1964 se constituiu no elemento restaurador** da ordem política e social do país.” TEIXEIRA; DANTAS, 1980, p. 34) [grifo nosso] Verdade? O certo é que quanto maior o sentimento de decadência no tempo presente, mais as glórias do passado são “lembradas” e exaltadas. Nisso, há uma expectativa por “heróis restauradores do caos.” É assim que o “mito da idade de ouro” ganha forma.

Podemos contextualizar essa teoria dentro das manifestações no ano de dois mil e quinze, onde gerações que não viveram na ditadura, e visivelmente frustradas pela desanimadora atualidade, exigiram uma intervenção militar. Segundo Girardet (1987, p. 97), nostalgias das ditaduras e momentos hipoteticamente heroicos das guerras, regularmente, são imaginados por aqueles que nunca vivenciaram esses tempos. Essas “imagens de um passado tornado lenda ‘projetam’ visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que se supõe ter sido.” (GIRARDET, 1987, p. 97) [grifo do autor]

Nessa perspectiva, observamos que os brasileiros vivenciam a dualidade desse mito, pois, removem o sentimento dolorido e amargo, enquanto recordam uma felicidade perdida (que nem sempre foi de fato vivida). “Há o tempo presente que é de uma degradação, de uma desordem, de uma corrupção das quais importa escapar. Há por outro lado, ‘o tempo de antes’ e que é o de uma grandeza, de uma nobreza ou de uma certa felicidade que nos cabe redescobrir.” (GIRARDET, 1987, p. 105) [grifo do autor]

O tempo degenerado, dentro do Regime de 1964 estava fora dos muros do grupo, na rua resistente ao sistema, enquanto o tempo de pureza, eram as boas novas anunciadas no livro didático e Instituições Sociais. É em função do degenerado e da ideia de pureza que “o mito da idade de ouro” procura firmar sua coerência, alegando que de modo natural essa pureza só pode ser alcançada quando os sujeitos derem as mãos e se unirem patrioticamente num só povo.

Os discursos dentro dos livros se esforçam para exaltar a grandeza do povo, justificando lutas e sacrifícios, para a ressurreição da pátria no futuro. Há uma “imagem de harmonia, de equilíbrio e

de fusão: a de uma sociedade, indivisível, homogênea, para sempre protegida das perturbações e das discórdias – bloco sem fissura, concedendo por isso mesmo a todos aqueles que o compõem a apaziguadora certeza de uma total reconciliação consigo mesmos” (GIRARDET, 1987, p. 155) Sendo assim, inspirada na “finalidade ideológica que lhe era atribuída, certos manuais escolares contribuem, sem dúvida, os testemunhos mais significativos e seus títulos, capas, a própria apresentação tipográfica permanecem ainda presentes em muitas ‘memórias’” (GIRARDET, 1987, p. 155) [grifo do autor] que zumbem incomodamente aos nossos ouvidos no agora.

3. METODOLOGIA

A Metodologia Científica, enquanto um caminho de procedimentos racionais e sistemáticos percorrido pelo pesquisador, é denominada por Gil (2007) como uma busca por respostas aos problemas apresentados, que se desenvolve através dos saberes e práticas disponíveis, mediante um método escolhido.

O mesmo autor lembra que a pesquisa só se realiza, quando há uma dúvida a qual se deseja sanar com uma futura resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para uma inquietação. (GIL, 2007). Sendo assim, esse estudo segue um dos métodos, o de caráter bibliográfico, com interpretação qualitativa da observação dos conteúdos. Logo, parte da investigação de fontes escritas; livros de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), periódicos, artigos, monografias, entre outros, com o objetivo de reunir o saber científico sobre a temática, para revisão, análise e reflexão da mesma e do uso da ideologia militar na formação do cidadão brasileiro.

Para Gil (2007) há elementos únicos no conjunto de uma pesquisa bibliográfica, por tratar da investigação de ideologias ou da análise de diversas perspectivas relativas ao problema do estudo.

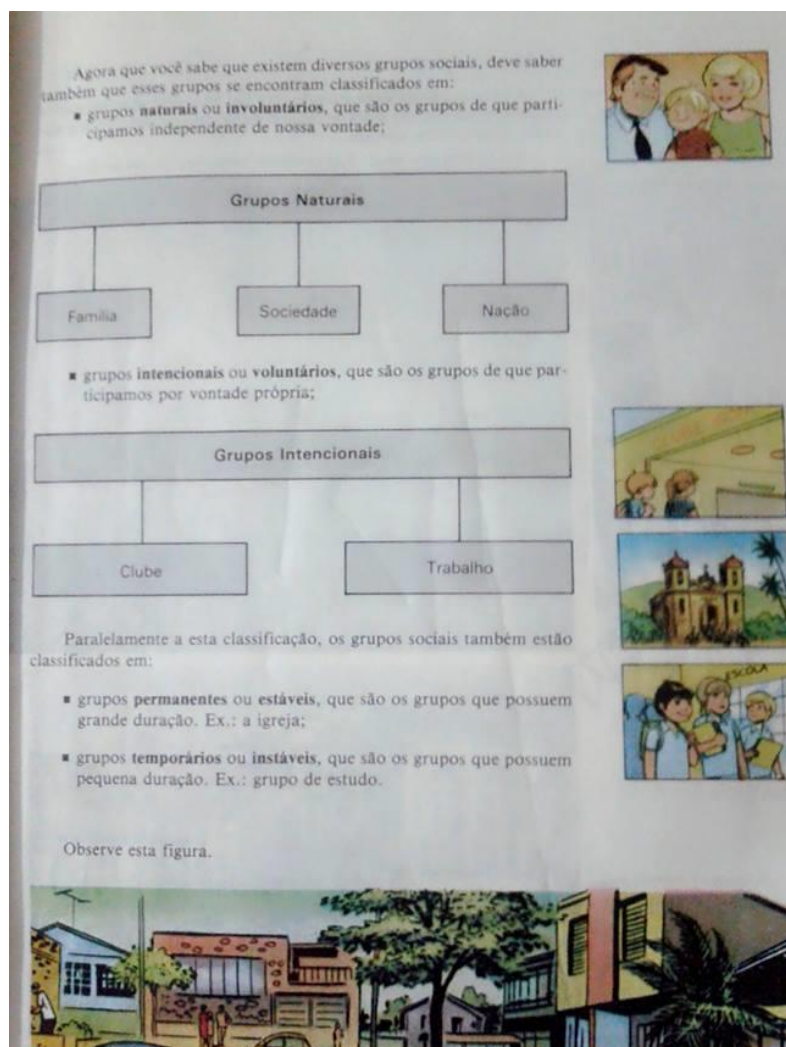
4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O culto aos heróis nacionais, observado nos livros didáticos, era essencial para a Educação Moral e Cívica (EMC), visto que, serviam como exemplo de civismo aos alunos àqueles que dedicaram suas vidas ao engrandecimento da nação com suas produções científicas, intelectuais e

artísticas. Todos esses heróis são emoldurados num passado glorioso, para que os sujeitos desejassem desenvolver as qualidades próprias do ídolo, ou as características que o Regime desmembrasse e fabulasse das figuras.

Outro ponto para a reflexão, é a indicação do lugar que ocupamos dentro do Regime. Observe na imagem que os sujeitos estão inseridos, necessariamente, dentro da família composta tradicionalmente por pai, mais mãe, mais filho; ou no clube, como se todos tivessem acesso à uma local de lazer com mensalidades, ou na igreja; como um lugar permanente. Além dessa determinação, nos alerta a falta de outras raças nas ilustrações nas obras de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), com exceção das páginas da colonização indígena e o período da escravidão.

Imagem 3 – Grupos naturais e intencionais de acordo com o livro de Organização Social e Política Brasileira (OSPB).



Fonte: Fonte: LUCCI, Elian Alabi. **OSPB**: Organização social e política do Brasil. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1991. cap 1, p. 9.

Dentro de um regime autoritário, a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) essas e outras ações, infelizmente, faziam sentido para seus objetivos. Afinal buscava-se um ensino que adestrasse aos valores da pátria e aos valores de decências determinados pelo Estado. Com isso, a Educação Moral e Cívica (EMC) formaria uma nova geração de cidadãos brasileiros, obedientes ao governo em prol da segurança e progresso da pátria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É animador iniciar no universo da pesquisa dentro da linha da História da Educação. Perceber as relações de distinção e de cumplicidade entre um passado e um futuro. A História, minha matéria favorita desde um passado escolar e, a Educação, minha escolha de campo de atuação profissional futura, por meio da Pedagogia.

Ao avançar nas leituras, podemos perceber como determinada sociedade se idealiza, interpreta e projeta um futuro por meio de um Ensino a ser herdado, para o bem ou para o mal.

A Educação idealizada pelo regime de 1964-1985 e seus discursos de segurança nacional, heroísmo, cidadania, grupos sociais e progresso, não foi uma simples manifestação expressa ou oculta do que se almejava pelos “homens de farda”, o discurso era o próprio poder e formava a vida social, convencia para a guerra, para a morte, para idolatrar uma bandeira, para o controle. E o fazia por várias vias, uma delas, a da moral e civismo.

Ao longo dos anos, foi elaborado um meio para formatação das condutas dos jovens dentro dos muros escolares, enquanto, lá fora, a censura moldava os outros sujeitos com sua própria dura “didática”, afim de integrar os indivíduos à nova ordem política. Nisso, o livro didático foi adotado como um discurso verbal e não verbal do que se vivia na época, como um “tempo bom” onde muitos dos cidadãos se sentiam seguros e esperançosos sobre o futuro da nação.

Concluimos, que a moral e cívica, como disciplina escolar, fragmentou o ensino da história, da geografia, da sociologia, da cultura, da tecnologia e da filosofia, distorcendo e limitando seus eventos e saberes à mitos de glória, visando os objetivos doutrinários de um Regime. Buscamos enfim, por meio dessa breve análise, abrir novos caminhos para futuras reflexões, metodologias e pesquisas sobre o tema.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **A Comissão da Verdade no Brasil:** Por quê, o que é, o que temos de fazer? Texto: Maurice Politi. Org. Núcleo de Preservação da Memória Política, São Paulo, 2012.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **A CNV.** s.d. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, edá outras providências. 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 fev. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LUCCI, Elian Alabi. **OSPБ:** Organização social e política do Brasil. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1991.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação:** da Antiguidade aos nossos dias. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional.** São Paulo: Contexto, 1989.

TORRES, Lillian Cristina Cruvinel; CERRI, Luís Fernando. **O CULTO AOS HERÓIS NACIONAIS COMO PRÁTICA DA EDUCAÇÃO CÍVICA.** 2011. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/5/110.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; DANTAS José. **OSPБ:** Organização Social e Política Brasileira. Segundo Grau. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1980.

TELES, Antônio Xavier. **Educação Moral e Cívica.** 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.